

DF terá sua própria lei de incentivo à cultura

Flávia Lima

Uma lei de incentivo à cultura do Distrito Federal. É o que promete para o próximo ano a nova gestão da Secretaria de Cultura. Cineastas da cidade se reuniram ontem com o secretário de Cultura, Silvestre Gorgulho, e o secretário-adjunto, Beto Sales, para traçar os caminhos das produções culturais do DF.

Uma das dificuldades enfrentadas pelos artistas brasileiros é a ausência de uma lei de incentivo à cultura específica do DF. Os projetos culturais ficam restritos à Lei Rouanet, federal. Os cineastas presentes no encontro de ontem representavam a Associação dos Produtores e Realizadores de Filmes de Longa-Metragem de Brasília (Aprocine). Eram eles: Vladimir Carvalho, Geraldo Moraes, Renato Barbieri, José Eduardo Belmont e Manfredo Caldas.

De acordo com Beto Sa-

les, um grupo de trabalho será criado até terça-feira, com representantes dos cineastas e das Secretarias de Cultura e de Fazenda. O objetivo é elaborar o projeto de lei de incentivo à cultura por meio do ISS (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza). O prazo para a finalização do projeto é de 90 dias. A idéia é abrir editais já para o próximo ano.

Ainda segundo Sales, novos projetos de políticas culturais deverão ser experimentados.

– Uma saída para bibliotecas, teatros e museus nacionais foi fazer parcerias com organizações sociais e sociedade. Muitas instituições criaram associações de amigos e organizações não-governamentais, que são alternativas de captação de recursos. É uma maneira de manter instituições culturais vivas – disse Sales.

O Pólo Cultural e o Cine Brasília pedem atenção especial,



Cine Brasília: palco do Festival de Cinema, exige uma atenção especial do governo

Será criado um grupo com representantes dos cineastas e secretarias de Cultura e Fazenda

acredita o secretário adjunto.

– O Pólo precisa ser repensado. Acredito que é melhor um pólo de cinema pequeno, mas que catalize recursos. Temos uma área enorme, longe, algumas filmagens aqui e ali, mas nada sistematicamente funcionou – criticou Sales.

O cineasta, coordenador do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e ex-presi-

dente do Pólo de Cinema e Vídeo, Fernando Adolfo, afirma que o pólo tem toda a infraestrutura necessária para a produção de filmes.

– Vários filmes foram realizados lá, entre eles o do grupo Melhores do Mundo. É o terceiro pólo produtor do país – defendeu.

Produção nacional existe. O que falta é mercado para filmes brasileiros. Pensando assim, os cineastas apresentaram uma proposta à Secretaria de Cultura. Formar mercado em Brasília e nas cidades satélites.

– A proposta é incluir cidades digitais nas cidades satélites, levar filmes nacionais às

escolas do DF. Temos de ensinar as pessoas a gostarem de cinema – afirmou Sales.

O cinema, pois, receberá atenção especial do governo. Além do grupo de trabalho que elaborará o projeto de lei, um grupo de cineastas estudará políticas cinematográficas para a cidade. Uma das questões que precisam ser resolvidas, além do Pólo Cultural, é a revitalização do Cine Brasília. Primeiro serão resolvidos problemas estruturais, como o das goteiras dentro do cinema. Depois, uma política de ocupação do espaço, disputado apenas na semana do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro.